

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

**NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. III SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA DO NOROESTE PENÍNSULAR. A INSCRIÇÃO RUPESTRE DA ESTAÇÃO LUSO-ROMANA DE MOGUEIRA, RESENDE.**

MANTAS, Vasco Gil

Ano: 1984 | Número: 94

---

## Como citar este documento:

MANTAS, Vasco Gil, Notícias da Actividade Cultural. III Seminário de Arqueologia do Noroeste Penínssular. A inscrição rupestre da estação luso-romana de Mogueira, Resende. *Revista de Guimarães*, 94 Jan.-Dez. 1984, p. 361-370.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## A inscrição rupestre da Estação Luso-Romana de Mogueira (Resende)

Por VASCO GIL MANTAS

O estudo das religiões praticadas pelos indígenas da Hispânia Romana levanta numerosos e difíceis problemas, não obstante a existência de uma documentação que se revela mais abundante que esclarecedora (1). O Noroeste da Península não escapa a esta regra: permanência dos cultos locais, penetração mais ou menos acentuada de divindades e crenças trazidas pelo invasor romano e complicados fenómenos de *interpretatio* tornam extremamente difícil a abordagem da ideologia religiosa das populações locais sob o domínio romano, sobretudo quando, sem o apoio de fontes escritas contemporâneas, pretendemos interpretar os vestígios arqueológicos que dela nos ficaram (2).

Um dos pontos acerca do qual concorda a maioria dos especialistas relaciona-se com a importância da Natureza nos cultos indígenas (3). Com efeito, mesmo quando formalmente romanizados pela consagração de aras, gravação de inscrições ou construção de santuários, as fontes, os rios, os bosques e os montes continuaram como locais de culto privilegiados (4), integrados num ambiente rural pouco alterado, no Noroeste, pelo urba-

---

Abreviaturas utilizadas no texto: E. Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1869, 1892 (= *CIL* II); R. Hurtado, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas*, Cáceres, 1977 (= *CPIL*).

(1) Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973, p. 168-169; José d'Encarnação, *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1975, p. 299-300.

(2) Stuart Piggott, *A Europa Antiga*, Lisboa, 1981, p. 293; J. M. Blázquez, *El sincretismo en la Hispania romana entre las religiones indígenas, griega, romana, fenícia y mistéricas*, «Actas del Simposio Sobre la Religion Romana en Hispania», Madrid, 1982, p. 180-181 (= Blázquez, *Sincretismos*).

(3) J. M. Blázquez, *Religiones primitivas de Hispania*, I, Roma, 1962, p. 39-40 (= Blázquez, *Religiones*).

(4) Blázquez, *Religiones*, p. 202-203; Alarcão, p. 167-168. A Fonte do Ídolo, em Braga, constitui um interessante exemplo desse tipo de santuários: A. Tranoy, *Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire Romain*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», III, Guimarães, 1980, p. 75-79.

nisimo romano (5). Nesta área, os montes sagrados foram suficientemente numerosos para que, quer as fontes literárias antigas, quer as fontes epigráficas, se lhes refiram (6). Tais montes só nalguns casos terão conhecido autênticos santuários, no sentido arquitectónico da expressão (7), traduzindo-se normalmente o culto pela presença de aras ou inscrições rupestres votivas, em grande parte consagradas a divindades celestes (CIL II 2525, 2599, 2695, 5809, 5960).

Perto de Mogueira (8), na freguesia de S. Martinho de Mouros, concelho de Resende, no topo de uma impressionante colina granítica sobranceira à margem esquerda do rio Douro onde, em 1891, Leite de Vasconcelos referenciou «uma estação luso-romana» (9), situam-se os vestígios do que parece ter sido um castro romanizado. Os reconhecimentos efectuados no local (10), embora limitados, permitiram confirmar o conteúdo da notícia publicada por Leite de Vasconcelos, detectar novos elementos, nomeadamente uma interessante inscrição gravada num penedo, e inferir, sob reserva, a existência de um santuário. Como o tema desta comunicação versa, essencialmente, a análise da inscrição agora descoberta e tendo em conta que não se efectuaram quaisquer escavações ou sondagens no local, limitar-nos-emos a descrever muito sumariamente os restantes vestígios (11).

(5) J. Fabre, *Le tissu urbain dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique*, «Latomus», XXIX, 2, 1970, p. 314-339; A. Tranoy/P. Le Roux, *Rome et les indigènes dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire*, «Mélanges de la Casa de Velazquez», IX, 1973, p. 117-231.

(6) M. L. Albertos, *El culto a los montes entre los Galaicos, Astures y Berones y algunas deidades más significativas*, «Estudios de Arqueología Alavesa», VI, 1974, p. 147-157; A. R. Colmenero/A. L. Fontes, *El culto a los montes entre los Galaico-Romanos*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, III», Guimarães, 1980, p. 21-35.

(7) Blázquez, *Religiones*, p. 7, 37-38, 223-224.

(8) O topónimo Mogueira deriva de mogo, marco para limite ou estrema de terrenos, nada tendo a ver com *Mocio*, divindade indígena referenciada em Limia, Orense (CIL II 5621).

(9) J. Leite de Vasconcelos, *A Mogueira*, «O Archeologo Português», I, 1895, p. 9-10.

(10) Agradecemos calorosamente à Dr.ª Saleta da Ponte, Conservadora do Museu Monográfico de Conímbriga, ter posto à nossa disposição os elementos que reuniu para elaborar a proposta de classificação da estação arqueológica da Mogueira, bem como ao Dr. Albino de Matos, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Resende, todo o apoio que nos dispensou e sem o qual este trabalho não teria sido elaborado.

(11) Segundo informações obtidas em Resende e em S. Martinho de Mouros, os achados na Mogueira têm sido frequentes, contando-se entre eles uma ara com inscrição. Apesar de várias tentativas não nos foi possível conhecer o paradeiro do monumento. Para o problema dos «castros romanizados» julgamos de muito interesse: M. Höck *Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda (Concelho de Mirandela)*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», II, Guimarães, 1980, p. 65-70.

## I — A ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA MOGUEIRA

A colina em que se situa a estação, designada na Carta Militar de Portugal pelo topónimo Castelo <sup>(12)</sup>, é quase totalmente rodeada por duas linhas de água; extremamente escabrosa e de muito difícil ascensão rematam-na alguns penhascos abruptos cuja cota atinge os 450 metros. No sopé da encosta, perto do vale, há várias sepulturas escavadas na rocha e, um pouco por toda a ladeira, as rochas ostentam pequenas plataformas, degraus toscos, entalhos diversos, pias e canaliculos. A parte superior da colina é rodeada por três muralhas, escalonadas a pequena distância e aparentemente concêntricas. O aparelho dos muros é tipicamente castrejo <sup>(13)</sup>, incorporandō ou utilizando como contrafortes os grandes maciços graníticos existentes no local. Presentemente é difícil acompanhar o circuito das muralhas, em parte devido ao pendor do terreno, em parte por se encontrarem largamente destruídas ou soterradas. Entre os muros, se exceptuarmos algumas pedras aparelhadas e numerosos fragmentos de tégulas que se concentram na vertente noroeste e que parece terem rolado do pequeno planalto no topo da colina, não há vestígios visíveis de construções, nomeadamente no sector norte, onde o declive menos acentuado do terreno permitia construir sem grandes dificuldades. Todavia, é possível que o aproveitamento da pedra tenha conduzido ao desaparecimento de eventuais estruturas, pelo que só a realização de escavações permitirá resolver este e outros problemas. Sobrepujando a zona norte da área ocupada pelos vestígios, ergue-se uma formidável massa rochosa, na base da qual, entre a segunda e a terceira muralha, se encontra a furna referida por Leite de Vasconcelos <sup>(14)</sup>. Trata-se de uma espécie de cripta, aparentemente artificial, a que dá acesso uma escada e um túnel talhados no próprio penhasco. No seu interior teria aparecido um tesouro de moedas romanas <sup>(15)</sup>. O tecto da furna abateu, transformando-a numa grande cavidade aberta no terreno, desobstruída em parte por alguém em busca de hipotéticos tesouros, como testemunha um depósito de desaterro visível muito perto.

No interior da terceira muralha, ocupando a zona relativamente plana entre a encosta noroeste, a mais íngreme, e o topo da colina, situa-se uma espécie de acrópole, em cujo recinto, a que se ascende por uma escada cuidadosamente aberta na rocha, se destaca um grande afloramento granítico repleto de entalhos e afeiçoamentos a picão, toscamente organizado

---

(12) Carta N.º 126, escala 1/25000. Coordenadas: M: 220, 200; P: 460, 375. A população local chama-lhe Mogueira, razão pela qual preferimos utilizar este topónimo, erradamente grafado na referida Carta como Nogueira.

(13) A. Tranoy, *La Galice Romaine*, Paris, 1981, p. 83-88 (=Tranoy, *Galice*).

(14) Leite de Vasconcelos, p. 10.

(15) *Idem.*

de forma a estabelecer várias plataformas a diferentes níveis. O conjunto recorda imediatamente os penedos dos santuários rupestres conhecidos no Noroeste<sup>(16)</sup>, sem excluir, todavia, a hipótese de se tratar de uma estrutura mais complexa, circunstância que justificaria a grande quantidade de materiais, especialmente silhares toscos e tégulas fragmentadas, dispersos por toda a área envolvente<sup>(17)</sup>. Em frente do afloramento e perfeitamente situado no eixo principal do conjunto, há um poço pouco profundo, quadrangular, escavado na rocha. As paredes interiores, paramentadas de alvenaria coberta de *opus signinum*, ostentam numerosos grafitos de difícil interpretação, entre os quais se reconhece uma cruz céltica. A seguir ao poço, num plano ligeiramente superior, existe uma pequena rampa antecedendo uma espécie de mesa de altar, ladeada a certa distância por escadas talhadas na rocha e dominada por uma segunda plataforma mais irregular e de maiores dimensões. Os vestígios conservados no terreno e a planta por eles esboçada, evocam, com as adaptações ditadas pelas características especiais da estação, certos edifícios consagrados a divindades orientais ou orientalistas<sup>(18)</sup>, aliás bem representadas, a uma vintena de quilómetros, em Panoias<sup>(19)</sup>. Todavia, não devemos esquecer que poços ou criptas tiveram funções importantes não apenas nos rituais místéricos de raiz mais ou menos oriental<sup>(20)</sup>, surgindo também em santuários célticos do período romano, como, por exemplo, no de *Ucuetis e Bergusia*, em Alésia, França<sup>(21)</sup>, continuando uma tradição antiquíssima<sup>(22)</sup>. Assim, não obstante os santuários localizados no interior de castros serem extremamente raros<sup>(23)</sup>, julgamos possível considerar a hipótese das ruínas em causa representarem os remanescentes de um templo luso-romano de arquitectura híbrida, deliberadamente implantado de forma a dominar o vale do Douro a partir da mais íngreme vertente da colina.

(16) Tranoy, *Galice*, p. 336-340.

(17) Nesta zona são frequentes os fragmentos de cerâmica comum romana e, em muito maior quantidade, do tipo castrejo. Também foram encontradas algumas mós manuais, cujo destino se ignora, à excepção de uma, depositada na Câmara Municipal de Resende. As ruínas têm sido largamente espoliadas dos blocos de pedra susceptíveis de reutilização.

(18) M. J. Vermaseren, *Corpus Inscriptionum et Monumentorum Religionis Mithriacae*, Haia, 1956, p. 57-62, 193-195; A. Garcia y Bellido, *Les religions orientales dans l'Espagne Romaine*, Leiden, 1967, p. 126-127.

(19) Blázquez, *Religiones*, p. 180-184; Tranoy, *Galice*, p. 338-340.

(20) M. Grant, *O mundo de Roma*, Lisboa, 1967, p. 205-206, 213-214.

(21) J. Le Gall, *Alésia. Archéologie et Histoire*, Paris, 1963, p. 192-197.

(22) Piggott, p. 294-299.

(23) Para uma melhor apreciação do problema é necessário que se multipliquem as escavações metódicas em castros romanizados, o que não deixará de revelar elementos elucidativos acerca do que parece ser uma lacuna na arquitectura castreja: C. A. Ferreira de Almeida, *Escavações no Monte Mozinbo*, I, Penafiel, 1974, p. 34-35. Uma cuidadosa localização das inscrições votivas, quando possível, poderá, eventualmente, fornecer pistas interessantes.

## II — A INSCRIÇÃO RUPESTRE

a) *Descrição*

Relativamente perto do possível santuário, na encosta virada à povoação de S. Martinho de Mouros, numa fraga granítica grosseiramente desbastada e afeiçoada a picão, foi gravada uma curta epígrafe, aparentemente de natureza votiva. Atendendo às características da inscrição e à qualidade extremamente rude do suporte preferimos, desde já, considerar a sua análise como um ponto de partida e não como um estudo conclusivo, apesar da trabalhosa investigação que sobre ela elaboramos.

Campo epigráfico: 180 × 200.

QVIATIA CVMI (*filia*) / ROTAMVS · TRI[T]EI (*filius*) / CAT...  
/ V(*otum*) M(*erito*)

*Quiatia*, (filha) de *Cumius*, (e) *Rotamus*, (filho) de *Triteus*, cumpriram o voto a *Cat* (...).

Altura das letras: 1.1:13; 1.2:13; 1.3:11; 1.4:11. Espaços: 1:70; 2:20; 3:2,5; 4:2,5.

b) *Bibliografia*

Inédita

c) *Comentário*

São relativamente numerosas em Portugal, sobretudo na região norte, as inscrições rupestres de época romana. Todas, ou quase todas, suscitam difíceis problemas de leitura e de interpretação<sup>(24)</sup>, tanto mais que se relacionam, salvo raras excepções, com o ambiente cultural e social indígena. Tais dificuldades resultam, em grande parte, de aspectos externos, como o tipo de letra e os suportes utilizados, e de factores internos, como a qualidade do Latim, quando redigidas em Latim, ou o conteúdo dificilmente compreensível de textos na maior parte votivos ou relacionados com actos de culto. A inscrição da Mogueira ilustra bem o que fica dito.

Apesar da rudeza do suporte, o *lapidarius* teve um certo cuidado na paginação do texto, nitidamente alinhado à esquerda nas duas primeiras linhas. Parece mesmo existir um eixo central, ligeiramente inclinado sobre

(24) Ver, por exemplo: Encarnação, p. 162-163, 169-171, 235-237, 256-257, 282-288.

a esquerda, como aliás toda a inscrição, cuja regularidade relativa se deve ao traçado de linhas auxiliares, pintadas. Apesar disso, o *ductus* é bastante indeciso, em parte devido à aspereza da pedra. O modelo seguido — dedicantes, divindade, fórmula — é normal<sup>(25)</sup>, encontrando-se muito bem documentado no Noroeste<sup>(26)</sup>. Na l.2 os antropónimos estão separados por um ponto circular correctamente marcado. Não há vestígios de nexos, a menos que se considere como tal o traço que parece terminar o A final do primeiro antropónimo da l.1: teríamos, assim, o nexa  $\overline{AL}$ , muito vulgar, mas para o qual não seria fácil encontrar um significado coerente, no caso presente. A gravação, naturalmente rude, é profunda, em bisel. Os caracteres, nem sempre idênticos, aproximam-se bastante da grafia cursiva, de tipo pompeiano<sup>(27)</sup>, e da escrita actuária do século I<sup>(28)</sup>. Destacaremos o seguinte: Q de longa cauda oblíqua, pouco frequente; A sem barra, vulgar nas inscrições provinciais menos cuidadas<sup>(29)</sup>, com tendência para prolongar a haste direita; T com travessão nitidamente marcado, horizontal na l.1, ondulado na l.2; M, com excepção do que se encontra na l.4<sup>(30)</sup>, muito aberto, com o ângulo inferior arredondado; R fechado, com a pança tocando na haste vertical a meia altura e com haste oblíqua curva partindo de um ponto muito afastado da haste vertical; S bastante longo, francamente cursivo, bárbaro, segundo Cagnat<sup>(31)</sup>.

A epígrafe, infelizmente deteriorada, apresenta numerosos problemas de leitura. No começo da l.1 não nos parece possível ler algo diferente de QVIATIA, antropónimo a que se segue o genitivo CVMI, no qual uma fractura junto ao M sugere o nexa  $\overline{MA}$ , prejudicado pela análise directa da pedra, efectuada duas vezes. Temos, desta forma, dois antropónimos exprimindo uma denominação de tipo peregrino<sup>(32)</sup>, com indicação da filiação subentendida<sup>(33)</sup>. Voltamos a encontrar o mesmo tipo de denominação na l.2: a seguir a ROTAMVS lemos o genitivo TRITEI, com perda do segundo T. Na l.3 começam os problemas: a um C e a um A,

(25) Atendendo ao que se verifica em numerosas inscrições, não é possível considerá-lo como um reflexo da mentalidade indígena, aliás um importante factor a ter em conta: R. Étienne, *Le culte impériale dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien* Paris, 1958, p. 67. Uma breve análise dos monumentos consagrados a Endovélcio em S. Miguel da Mota resulta extremamente elucidativa: Blázquez, *Religiones*, p.147-154.

(26) Mário Cardozo, *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento*, Guimarães, 1972<sup>2</sup>, p. 23, 25-27, 29, 31, 36.

(27) R. Cagnat, *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 1914<sup>4</sup>, p. 7.

(28) *Idem*, p. 500-501, pl. IX.

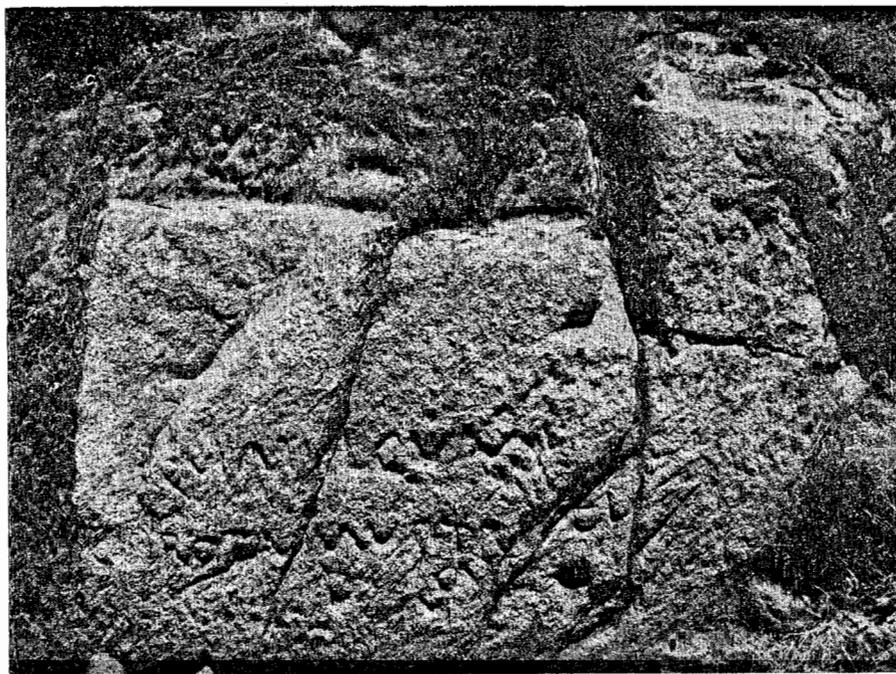
(29) *Idem*, p. 12.

(30) *Idem*, p. 18.

(31) *Idem*, p. 21.

(32) G. Alföldy, *Notes sur la relation entre le droit de cité et la nomenclature dans l'Empire Romain*, «Latomus», XXV, 1, 1966, p. 37, 55-57.

(33) L. Albertos, *La antroponimia prerromana en la Península Ibérica*, «Actas del I Coloquio Sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica», Salamanca, 1976, p. 62-63 (=Albertos, *Antroponimia*); Tranoy, *Galice*, p. 368-369.



*A inscrição rupestre de Mogueira*

segue-se, custosamente visível, um T. Parece tratar-se de um teónimo com poucas letras ou, talvez, abreviado. Finalmente, na l.4, temos o que resta de um V e, mais nítido, um M, letras para as quais uma interpretação diferente de V (*otum*) M (*erito*) resulta pouco provável. Assim, estamos perante mais uma inscrição votiva, dotada de um texto cujo economia é perfeitamente plausível.

A análise antroponímica do monumento da Mogueira suscita também alguns problemas, nomeadamente porquanto nele ocorrem alguns nomes ainda não registados na Península, todos pré-latinos: *Quiatia*, *Cumius* e *Rotamus*. Depois de consultados os repertórios habituais relacionados com tal tipo de antroponímia e numerosos catálogos de colecções epigráficas não foi possível encontrar qualquer paralelo para *Quiatia*. Todavia, a existência das formas aparentadas *Quita*, referenciada em Roma (*CIL* VI 24052) e na Panónia Superior (*CIL* III 3621), e, sobretudo, *Quatius*, esta presente numa inscrição votiva de Queiriz, Forno de Algodres<sup>(34)</sup>, parece confirmar a leitura proposta. *Cumius*, com ou sem geminação expressiva<sup>(35)</sup>, ocorre eventualmente na antroponímia latina como gentílico e como cognome<sup>(36)</sup>, sendo também pouco vulgar: registado na Panónia Superior (*CIL* III 3792, 4582), na Nórica (*CIL* III 4996), na Narbonense (*CIL* XII 4753) e na Germânia Inferior (*CIL* XIII 8521), surge na Hispânia apenas como radical de *Cumelius*<sup>(37)</sup>. Quanto a *Rotamus*, vamos encontrar na Renânia, sob a forma feminina, um testemunho isolado<sup>(38)</sup>, a que poderemos juntar algumas raras variantes da Narbonense e da Itália<sup>(39)</sup>. Na Península Ibérica os antropónimos com o sufixo *-amus*, presente, tal como o radical *Rot-*<sup>(40)</sup>, em numerosos topónimos e hidrónimos europeus, são especialmente frequentes na área luso-galaica<sup>(41)</sup>. *Triteus*, nome constituído pelo ordinal céltico correspondente ao latino *Tertius*<sup>(42)</sup>, forma reduzida de *Tirtaeus* ou derivada de *Tritius*<sup>(43)</sup>, é, com as suas variantes, muito abundante na referida área luso-galaica, sobretudo na

(34) Trata-se de uma ara consagrada a *Bandis* / *Tatibeaicus* por um *Quatius Apini f(ilius)*: Encarnação, p. 134-137.

(35) M. L. Albertos, *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Betica*, Salamanca, 1966, p. 101 (= Albertos, *Onomástica*).

(36) Alfred Holder, *Alt-Celtischer Sprachschatz*, I, Lipsia, 1899, p. 1190; *Thesaurus Linguae Latinae*, II, Lipsia, 1909, p. 745. Kajanto não o inclui entre os *cognomina* romanos: I. Kajanto, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 388.

(37) Albertos, *Onomástica*, p. 101.

(38) Holder, II, 1904, p. 1232; W. Schulze, *Zur Geschichte lateinischen Eigennamen*, Berlim, 1966, p. 222, 368.

(39) Holder, II, 1904, p. 1232.

(40) J. Perin, *Lexicon Totius Latinitatis*, Pavia, 1940, p. 570.

(41) Albertos, *Onomástica*, p. 21-22; J. Untermann, *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid, 1965, p. 192-193, mapa 86.

(42) Holder, II, 1904, p. 1958-1959; M. Palomar Lapesa, *La onomástica personal prelatina de la antigua Lusitania*, Salamanca, 1957, p. 106-107.

(43) Albertos, *Onomástica*, p. 233-234.

bacia do Douro, em epígrafes nitidamente relacionadas com o fundo populacional indígena<sup>(44)</sup>. A forma *Triteus* ocorre nas seguintes inscrições, provenientes, respectivamente, de Robledillo de la Gata (Cória), Garrovillas (Cáceres) e Braga: *Iovi. Optu|mo. et. Max|Triteus. All|uqui. f. l. a. v. s* (CPIL 762); *Anio|Caturu|nis f. Tr|iteus* (CIL II 5275); *Pinarea. Tritei. a. XXXXV|Camala. Camali. m. f. c|Paugenda. Tritei. a. XXX|Vegetus. et. Flaccus. m. f. c* (CIL II 2445).

Os elementos facultados pela análise antroponímica, apoiados pelo esquema onomástico utilizado na epígrafe, afirmam a condição peregrina dos dedicantes, pertencentes, sem dúvida, a um grupo social relativamente modesto, representativo de um ambiente cultural em que as tradições locais acusam já forte influência romana, idêntico ao que, perto de Resende, deixou presença no importante núcleo de inscrições de Cárquere (CIL II 5570-5580). A distribuição no mundo romano dos antropónimos registados na Mogueira e a sua relativa raridade sugerem, de acordo com uma das condições concretas enunciadas por M. L. Albertos para que o testemunho antroponímico tenha validade científica<sup>(45)</sup>, a possibilidade de nos encontrarmos perante indivíduos relacionados com regiões extra peninsulares, talvez através do movimento de corpos auxiliares do exército romano<sup>(46)</sup>. Por enquanto, porém, não podemos adiantar nada mais.

A restituição do teónimo exige, também, a máxima prudência, atendendo ao estado da epígrafe e ao contexto em que se insere, pelo que preferimos não arriscar uma leitura obrigatoriamente duvidosa. Todavia, quer a grande frequência, na área luso-galaica, de antropónimos formados a partir do radical *catu-*<sup>(47)</sup>, quer o significado — luta, batalha — que lhe é atribuído<sup>(48)</sup>, levam-nos a considerar a hipótese de se tratar de uma divindade relacionada com a guerra, talvez com o carácter solar do Marte céltico<sup>(49)</sup>, do qual um dos epítetos era precisamente *Caturix*<sup>(50)</sup>, e que parece referido na seguinte passagem de Macróbio: *Martem solem esse quis dubitat? Accitani, hispana gens, simulacrum Martiis, radiis ornatum, maxima religione celebrant*<sup>(51)</sup>. A circunstância do primeiro dedicante ser uma mulher não constitui obstáculo significativo<sup>(52)</sup>. Na realidade, ainda que tendo em conta a comprovada importância dos cultos guerreiros no Noroeste<sup>(53)</sup>,

(44) Untermann, p. 175-176, mapa 77 Albertos, *Antroponimia*, p. 66, 86.

(45) Albertos, *Antroponimia*, p. 65.

(46) CIL II, p. 1123-1124; Tranoy, *Galice*, p. 170-176.

(47) Untermann, p. 96-97, mapa 33.

(48) Albertos, *Onomástica*, p. 81.

(49) Blázquez, *Religiones*, p. 30-31.

(50) Albertos, *Onomástica*, p. 81. A designação das divindades pelos seus epítetos é frequente. Revela-se interessante, para a hipótese considerada, o estudo da lápide consagrada a *Hermes Devorix*, existente em Outeiro Seco, Chaves: Encarnação, p. 142-143, 197-199.

(51) Macróbio, *Satur.*, I, 19,5.

(52) Blázquez, *Religiones*, p. 119.

(53) Blázquez, *Sincretismo*, p. 192-197.

é preferível considerar o problema em aberto até ao aparecimento de dados complementares menos precários.

A fórmula final, V(*otum*) M(*erito*), resulta da simplificação de V(*otum*) S(*olverunt*) L(*ibentes*) M(*erito*); embora pouco habitual está documentada, entre outras (CIL II 3009, 5135, 5561), numa ara encontrada no Castro de S. Lourenço, Esposende (54).

A estação arqueológica da Mogueira situa-se numa zona onde numerosos testemunhos ilustram os resultados de um processo romanizador iniciado no final do século I a. C. (55), quando o Douro constituiu uma estratégica e segura via de comunicação à rectaguarda das forças empenhadas na ocupação e pacificação dos territórios cántabros e ástures. Na área de Resende localizam-se importantes pontos de passagem do rio, um dos quais a montante de Porto de Rei, muito perto da Mogueira, corresponde provavelmente ao *traiectus* de um ramal da estrada Mérida-Braga (56), em princípio construída aquando da organização administrativa desta zona a sul do Douro, verificada na época de Cláudio (CIL II 6199).

É neste contexto específico que a inscrição da Mogueira permite, com as limitações referidas, retomar a análise de problemas tão complexos como são os do significado e limites da romanização nesta área da fronteira — administrativa, não cultural — entre a Calécia e a Lusitânia, pois reflecte as transformações produzidas pelo domínio romano no Noroeste (57), região hispânica onde Roma procurou firmemente garantir a paz, por vezes com dureza, mas sem obliterar demasiado os valores tradicionais indígenas, preservando, desta forma, as largas possibilidades do recrutamento militar local (58).

#### d) *Datação*

Os elementos fornecidos pela análise paleográfica, pela análise interna — uso do nominativo, denominação de tipo peregrino, onomástica — e ainda pelo que a arqueologia permite conhecer da romanização desta zona do vale do Douro, induzem-nos a atribuir à inscrição da Mogueira uma datação alta, não posterior ao final do século I.

(54) Encarnação, p. 172-173.

(55) Destacaremos, pela sua localização em relação à Mogueira e pelo seu interesse, os vestígios encontrados em Frende: C. A. Ferreira de Almeida, *Sondagens arqueológicas em Frende (Baião)*, «Archaeologica Opuscula», I, 1974, p. 29-39.

(56) A esta via pertencem os miliários de Caria (CIL II 4641-4643). Perto de Porto de Rei foi tentada a construção de uma ponte sobre o rio, no século XII.

(57) P. Le Roux/A. Tranoy, *Contribution à l'étude des régions rurales du nord-ouest hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel*, «Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia», Porto, 1974, p. 249-258; Tranoy, *Galice*, p. 449-453.

(58) A. Cabo/M. Vigil, *Historia de España Alfaguara*, I, Madrid, 1973, p. 390-393; P. Le Roux *Les auxilia romains recrutés chez les Bracari et l'organisation politique du nord-ouest hispanique*, «Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», III, Guimarães, 1980, p. 43-66.